



# **A VIRADA DISCURSIVO-FILOSÓFICA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O FAZER DOCENTE**

**COLENGHI FILHO, Mauricio<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Professor e Coordenador da Residência Educacional da Faculdade Sesi de Educação. Doutorando em Filosofia pela UFABC, mestre em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática pela UFABC e graduado em Filosofia, Teologia e Pedagogia.

## RESUMO

O artigo analisa a consolidação do Ensino de Filosofia como campo autônomo de conhecimento no Brasil, destacando a virada discursivo-filosófica ocorrida a partir dos anos 2000. A pesquisa evidencia a emergência de três gerações de pesquisadores que, em diferentes contextos históricos e institucionais, contribuíram para a construção de uma epistemologia própria do campo, distinta da Filosofia da Educação. A partir de referenciais como Michel Foucault e Silvio Gallo, discute-se a autonomização do campo do Ensino de Filosofia. O texto também aborda a experiência do pensamento filosófico como objeto central de investigação, propondo quatro abordagens que estruturam o ensino filosófico: estudar a Filosofia, pensar de acordo com a Filosofia, pensar filosoficamente e filosofar. A análise mostra que essas abordagens impactam diretamente as escolhas metodológicas e epistêmicas dos docentes, influenciando a qualidade da formação filosófica. Com base em dados quantitativos e qualitativos, o artigo reforça a legitimidade do campo e sua relevância para a formação docente, propondo uma reflexão sobre os modos de ensinar e aprender filosofia como prática filosófica e pedagógica genuína.

**Palavras-chave:** Ensino de Filosofia; Autonomização; Campo.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho discute o reconhecimento institucional das pesquisas do *ensino de filosofia* como campo de conhecimento em processo de autonomização, em interface com a filosofia e o ensino, contendo epistemologia e métodos próprios. O desenvolvimento de um trabalho nesse sentido justifica-se histórica e filosoficamente pela ampla pesquisa e produção acadêmica já consolidada neste campo há pelo menos duas décadas.

A partir dos anos 2000, Velasco destaca o que se denominou pelos pesquisadores de *virada discursivo-filosófica do ensino de filosofia*.

[...] a partir dos anos 2000, filósofas e filósofos brasileiros, em diálogo com seus pares latino-americanos, assumem como tema de pesquisa as problematizações filosóficas sobre o ensino da filosofia. Segundo Rodrigues e Gelamo, “esse posicionamento filosófico com o ensino de filosofia é apresentado não como uma atitude individual, proposta de um sujeito-autor, mas uma dinâmica coletiva, uma virada filosófica com o ensino de filosofia”. Trata-se, ainda segundo os autores, de uma “mudança de perspectiva, do pedagógico para o filosófico”, a qual “reposiciona a função do professor e promove um estatuto filosófico à sua prática” (VELASCO, 2022a, p. 342-343).

Esta mudança de perspectiva, do pedagógico para o filosófico, é corroborada pelas inúmeras produções no campo, nas quais já é possível identificar três gerações de pesquisadores que produzem conhecimento filosófico sobre o tema, a saber, uma primeira oriunda da Filosofia da Educação, uma segunda que se inseriu no campo a partir de programas de formação docente como o PIBID<sup>2</sup> e das mudanças ocorridas nos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura e, finalmente, uma terceira: a de pesquisadores que investigam a temática desde sua iniciação científica e/ou trabalho de conclusão de curso e, portanto, fizeram toda a sua trajetória acadêmica a partir da literatura específica do campo de Ensino de Filosofia<sup>3</sup>.

2 O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e tem por finalidade proporcionar a inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica, os discentes dos cursos de licenciatura, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de docentes em nível superior.

3 O marco definido para a primeira geração é o ano de 2000. Isto não significa desconsiderar todo movimento existente anteriormente em torno do ensino de filosofia, principalmente a partir dos anos de 1970. Contudo, antes dos anos 2000, os debates e estudos se davam prioritariamente em torno de uma justificação para se conseguir o retorno da disciplina filosofia no então chamado 2º grau. Era a luta pelo reconhecimento da “cidadania disciplinar” da filosofia enquanto componente curricular e não da “cidadania filosófica” do Ensino de Filosofia em todos os seus níveis. Essa mobilização era muito mais forte entre professores secundaristas e professores universitários ligados às faculdades de Educação ou à área de Filosofia de Educação do que propriamente aos departamentos de Filosofia. A partir de 1982, a lei 7.044 traz a Filosofia como disciplina facultativa no 2º grau. Nesse contexto, houve uma ampliação nas produções que buscavam afirmar a importância do ensino da filosofia nesse grau de instrução, e por outro, a preocupação com o currículo, com os métodos e com a reimplementação da disciplina começaram a aparecer nas produções acadêmicas e nos materiais didáticos. Não é intenção desse trabalho discutir essa fase anterior que remonta à década de 1970. Nosso recorte é a partir dos anos 2000, onde a ênfase volta-se para a busca da “cidadania filosófica do Ensino de Filosofia”. O artigo “Filosofia do Ensino de Filosofia: o debate da cidadania-filosófica a partir dos movimentos histórico-discursivos do campo” de Rodrigues, Velasco e Gelamo (2024), publicado na revista *Educação e Filosofia*, v. 38 e o artigo “Pesquisa em ensino de Filosofia: um campo disciplinar?” de Silvio Gallo (2024), presente na mesma revista, trazem um panorama – a ser explorado no trabalho ora proposto – sobre esse contexto histórico das mobilizações de professores e pesquisadores em torno das temáticas que orbitam a área do Ensino de Filosofia.

Augusto Rodrigues (2024), um dos pesquisadores dessa 3ª geração, em sua tese de doutorado intitulada “Heranças político-filosóficas de ensinar e aprender filosofia: do campo do ensino de filosofia à trajetória formativa na UNESP”, faz uma síntese das principais características que marcaram os trabalhos de cada uma dessas gerações.

Os pesquisadores e professores da primeira geração são aqueles que estiveram envolvidos nos movimentos iniciais de criação desse campo no início dos anos 2000. Eles problematizaram a necessidade de formação de um novo espaço de pesquisa e estudo filosófico dedicado ao Ensino de Filosofia. Na primeira década dos anos 2000 orientaram estudantes, escreveram suas próprias teses e dissertações sobre o tema, além de organizarem eventos e publicações. Essa primeira geração, sem abandonar a luta pela “cidadania curricular” da filosofia escolar iniciada na década de 1970, mobiliza-se em torno da busca de uma “cidadania filosófica” para o ensino de filosofia, isto é, “em transformar o ensino de filosofia em um problema de pesquisa filosófico. Tratava-se de um movimento de dar cidadania, no território da Filosofia, à problemática do ensino” (Gelamo et al, 2024, p. 7).

O marco da segunda geração é o ano de 2008, com a promulgação da lei 11.684. Com essa lei, a filosofia torna-se componente curricular obrigatório no Ensino Médio. Nesse período, muitos professores de filosofia da educação básica, procurando qualificar seu trabalho docente, voltam a se dedicar academicamente ao tema do ensino de filosofia.

Todo esse movimento de efervescência filosófica na educação básica de algum modo também influenciou o cenário da docência no ensino superior. Devido às exigências dos cursos de Licenciatura em Filosofia, professores vindos também dos programas de pós-graduação em Filosofia (e não somente em Educação), acabaram se envolvendo com as questões do ensino e da formação dos professores. Ao lecionarem na licenciatura e com o ensino e a aprendizagem em filosofia acontecendo no chão da escola em todo território nacional (contexto muito distinto do anterior ao ano de 2008), esses professores e pesquisadores universitários começam a problematizar e sistematizar com maior rigor acadêmico, temas em torno do ensino de filosofia, tais como: “que filosofia ensinar?”; “é possível aprender filosofia?”; “qual a relação entre a filosofia, sua história e o filosofar?”; “que escolhas categoriais e axiológicas devem/podem ser feitas ao ensinar filosofia?”; “deve o professor de filosofia também ser filósofo?”. Intensificam-se os diálogos com pares latino americanos, principalmente da Argentina, onde destacamos as produções de Guillermo Obiols e Alejandro Cerletti. A obra de Cerletti intitulada *O Ensino de Filosofia como problema filosófico* foi e continua sendo bibliografia básica para abordar o ensino de filosofia nos cursos de licenciatura. Vastas produções surgem nesse período, estendendo-se aos dias atuais.

Para se ter uma ideia mais concreta sobre essa significativa produção, reproduzimos aqui alguns dados apresentados por Gelamo, Rodrigues e Velasco no artigo “Filosofia do Ensino de Filosofia: o debate da cidadania-filosófica a partir dos movimentos histórico-discursivos do campo”.

Nas duas décadas de constituição e consolidação da área, os membros do GT da ANPOF Filosofar e Ensinar a Filosofar também publicaram cerca de 170 livros sobre/em ensino de filosofia e 270 trabalhos completos em anais de eventos, além de serem responsáveis por 145 projetos de pesquisa e liderarem 17 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, os quais são vinculados às seguintes instituições: CEFET/RJ, UEL, UERJ, UERN, UFABC, UFAL, UFBA, UFCG (2), UFMA, UFMG, UFPB, UFPE, UFSM, UNESP (3). As produções em formato de artigo também são representativas da consolidação do campo de conhecimento Filosofia do Ensino de Filosofia. Integrantes do GT publicaram cerca de 500 artigos científicos de 1997 a 2021, produções assinadas por 57 pesquisadoras e pesquisadores, de Caicó, no RN, à

Santa Maria, no RS. A pluralidade de autorias e a diversidade regional mostram a capilarização da temática em território nacional e indicam a efetiva consolidação do campo da Filosofia do Ensino de Filosofia. [...] hoje temos três periódicos dedicados exclusivamente à temática: Revista do NESEF Filosofia e Ensino (UFPR), Revista Digital de Ensino de Filosofia – REFILO (UFSM) e Revista Estudos de Filosofia e Ensino – EFE (PPFEN/CEFET-RJ). (GELAMO et al, 2024, p. 24)

Todos estes dados quantitativos supracitados não apenas validam as pesquisas e produções em torno dos temas relacionados ao Ensino de Filosofia, como corrobora a necessidade de sua autonomia enquanto campo e o reconhecimento do que aqui chamamos de sua “paridade epistemológica” com os outros subcampos tradicionais do campo da Filosofia, como a Metafísica, a Teoria do Conhecimento, a Filosofia da Ciência, a Estética, a Filosofia da Linguagem etc. Essa intensa produção sobre a filosofia e seu ensino, que circulou e tem circulado em formatos vários, evidencia a vitalidade e a efervescência do campo do Ensino de Filosofia no Brasil – exigindo que nos debruçemos agora sobre essas produções para discutir suas singularidades enquanto campo de pesquisa e suas interfaces com as demais áreas de conhecimento, principalmente com a área do Ensino.

Por fim, há uma terceira geração constituída por aqueles que são, direta ou indiretamente, formados pelas duas anteriores. Isto é, professores e pesquisadores que já encontraram, em suas formações, um campo com literatura e questões próprias, sob a influência de grupos de pesquisas longevos. São herdeiros de práticas, projetos, concepções, conceitos e de pressupostos que marcam suas formas de ensinar, aprender e pesquisar em/sobre Filosofia, dentro do campo do Ensino de Filosofia. Nessa terceira geração encontram-se muitos egressos dos cursos de Licenciatura em Filosofia, formados nos últimos dez anos. Alguns fortemente marcados por ricas experiências com o PIBID e que, além de atuarem como professores de filosofia na educação básica, continuaram suas formações em programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, pesquisando em Ensino de Filosofia.

Nesse sentido, buscamos dar densidade filosófica às discussões que se posicionam a favor do estabelecimento do Ensino de Filosofia como campo específico, ainda que na interface com as áreas de Filosofia e de Ensino, procurando justificar sua “paridade epistemológica” com os outros subcampos da Filosofia através da investigação daquilo que lhe é próprio e genuinamente filosófico, ou seja, “quê filosofia e filosofar” emergem no acontecimento do processo de ensino e aprendizagem em filosofia e as implicações epistêmicas que daí se desdobram.

## **1. O ENSINO DE FILOSOFIA E SUA DISTINÇÃO EM RELAÇÃO À FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**

Um primeiro passo para discutir o estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia como campo autônomo é a distinção entre este e a Filosofia da Educação. Ancorados na perspectiva de Silvio Gallo e tomando como referência – tal qual o autor – pontos da filosofia de Michel Foucault, discutiremos a noção de “campo disciplinar”, de modo a compreender a consolidação das pesquisas no campo do Ensino de Filosofia, afirmando que, atualmente, podemos considerar a existência no Brasil de um campo disciplinar denominado Ensino de Filosofia. Historicamente o campo “Ensino de Filosofia” sempre esteve mais atrelado ao âmbito da Educação e dos estudos pedagógicos, entretanto, presenciamos o deslocamento paulatino dessa expressão para o âmbito semântico e epistêmico da Filosofia.

Vale a análise do seu texto *A ordem do discurso*, proferido em 02 de dezembro de 1970, quando Foucault iniciou sua trajetória acadêmica no Collège de France e publicado logo depois,

em 1971.

Preocupado com a “ordem do discurso”, Foucault comenta os processos de interdição e de exclusão de certos discursos e é neste contexto que tratará da disciplina, como um dos mecanismos que possibilitam a exclusão “legítima” de algum determinado discurso; por outro lado, ela também é a responsável pelos processos internos de limitação de um dado discurso, estabelecendo o que pode e o que não pode ser dito. Mas a disciplina não apenas limita e exclui; ela também possibilita a criação do novo.

A organização das disciplinas se opõe tanto ao princípio do comentário como ao do autor. Ao do autor, visto que uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema autônomo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor. Mas o princípio da disciplina se opõe também ao do comentário: em uma disciplina, diferentemente do comentário, o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (FOUCAULT, 1996, p. 30).

O que destacamos na análise de Michael Foucault é a compreensão do duplo movimento da disciplina em relação aos saberes que ela opera tanto para conter, organizar, regular, normatizar a sua produção, exercendo uma função restritiva, como permitindo que novos enunciados sejam produzidos, fazendo com que os saberes proliferem.

Para nossa discussão, podemos falar de dois campos disciplinares que têm suas interfaces com a Filosofia e com a Educação, a saber: a Filosofia da Educação e o Ensino de Filosofia.

De acordo com Silvio Gallo (2024, p.16), há uma distinção precisa entre estas duas áreas:

a Filosofia da Educação, opera com suas próprias regras no contexto das regras mais gerais da produção filosófica, articuladas com as questões educativas; e o Ensino de Filosofia, que também se organiza com regras próprias e específicas, subordinadas à disciplina filosófica. (GALLO, 2024, p.16)

A Filosofia da Educação reflete e discute sempre a “educação” e a “formação” do ser humano de maneira universal através das produções filosóficas dos pensadores da tradição, como por exemplo, na *República* de Platão encontramos elementos próprios de uma Filosofia da Educação. Nessa obra, Platão enuncia a primeira grande utopia da tradição filosófica ocidental em relação à formação do cidadão, ou seja, para corrigir e regenerar a pessoa humana que está completamente corrompida pelos valores vigentes da *pólis*, é preciso redesenhar profundamente as estruturas das instituições da sociedade e remodelar todo o processo educacional para garantir que os cidadãos sejam aqueles que concebam a sua felicidade como sendo convergente com a ética e a justiça. É a *pólis* governada pelo rei-filósofo, onde prepondera a alma racional. Aqui, apenas uma ilustração apontando por onde passam a epistemologia e as temáticas da Filosofia da Educação.

Os grandes filósofos da tradição trataram do conceito de “educação” de concepções de “formação do ser humano e do cidadão”, mas poucos trataram especificamente da questão do “Ensino de Filosofia”, desse fenômeno singular, constituído por vários elementos peculiares que



se colocam em movimento e interação na relação de ensino e aprendizagem que se dá em sala de aula<sup>4</sup>. Dentre esses poucos filósofos, podemos mencionar Kant e Hegel. Uma contextualização mais ampla e rigorosa da obra de Kant permite compreender a perspectiva kantiana de ensino filosófico, corroborando a tese de que o ensino da filosofia é indissociável da própria filosofia, constituindo-se um problema filosófico. Já Hegel, como é sabido, foi ao mesmo tempo diretor de ginásio em Nuremberg e professor de filosofia e de álgebra durante os anos de 1808 a 1816. De sua atividade docente e administrativa no ginásio de Nuremberg restaram os cursos que foram ministrados, discursos pronunciados ao final de períodos letivos, além de textos em formato de pareceres ou relatórios, nos quais se discute não só a escola em geral quanto o próprio ensino de filosofia no ginásio<sup>5</sup>.

Nesse sentido, o Ensino de Filosofia e a Filosofia da Educação, “operam a delimitação daquilo que pode e daquilo que não pode ser dito em seu âmbito investigativo, por outro lado têm o efeito de tornar possíveis novos saberes, novas explorações, avanços no conhecimento.” (Gallo, 2024, p.16-17).

As produções consolidadas em Ensino de Filosofia, como acenamos anteriormente, permitem não mais encará-lo como tema de investigação da Filosofia da Educação, ou de qualquer outro subcampo da Educação ou da Filosofia, mas como área autônoma, com epistemologia própria, uma vez que, de acordo com Flávio de Carvalho, pode-se identificar um objeto e uma metodologia específica.

Quanto ao objeto, o ensino de Filosofia adota a vivência do pensamento filosófico no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de investigar as condições de possibilidade desta vivência, considerando-a como movimento gnosiológico e epistêmico, ou seja, como atividade de um sujeito que aborda a realidade em sua complexidade com vistas a compreendê-la e igualmente a atividade de um sujeito que constrói conhecimentos sobre e para tal realidade complexa. Quanto à metodologia, o ensino de Filosofia adota o tratamento de elementos quantitativos e qualitativos atinentes às relações e aos processos vivenciados pelos sujeitos epistêmicos. Trata-se de utilizar as diversas ferramentas de pesquisa para coletar dados (objetivos e subjetivos) a partir dos quais possa se identificar e compreender os diversos processos próprios (apropriados) manifestados por um sujeito que vivencia o pensamento filosófico. Decerto que, além das dificuldades atinentes aos elementos e aos movimentos investigativos supramencionados, deve-se considerar que falar em “pensamento filosófico” constitui-se por si só em dois outros problemas, a saber, o que é o pensamento? e o que é a filosofia? (CARVALHO, 2024, p. 9).

Embora tenha objeto e metodologia específica, como bem descreve Carvalho, ao apresentar os conteúdos desse objeto e dessa metodologia, tal fato não esgota a busca por compreensão e aprofundamento das questões epistemológicas pertinentes a este campo do conhecimento filosófico. Enquanto maior a densidade dessa compreensão, maior é a possibilidade de que os sujeitos que pensam e atuam no Ensino de Filosofia reconheçam, no conjunto de suas práticas filosóficas, um perfil epistêmico que influencia não só as suas escolhas categoriais e

4 Entendemos aqui sala de aula não apenas como espaço físico restrito, mas como espaço de ensino e aprendizagem, na relação professor-aluno-objeto de conhecimento.

5 Para discussão e aprofundamento da relação destes filósofos (Kant e Hegel) com o Ensino de Filosofia, baseamo-nos em dois textos presentes na obra organizada por Velasco: “*Ensino de – qual? – filosofia: ensaios a contrapelo*” (2019). Os textos são: “Filosofia e método em Kant: para além da dicotomia entre aprender filosofia e aprender a filosofar” (p.139-161), de Martin e Velasco. E o outro: “O pensar como objeto da filosofia e seu ensino em Hegel” (p.163-184) de Martin.

axiológicas do ponto de vista filosófico, mas que influencia também as escolhas pedagógicas e didáticas que tais sujeitos realizam no dia a dia da docência.

O que justifica esse “novo lugar” do campo é, sobretudo, a investigação em torno de um dos seus objetos específicos de conhecimento: a *experiência do pensamento filosófico* como produto que se constitui na interação entre os sujeitos “ensinastes” e “aprendentes” em Filosofia. Levando adiante as reflexões de Flávio de Carvalho, pensamos as condições de possibilidade desta experiência, considerando-a como movimento gnosiológico e epistêmico, ou seja, como atividade de sujeitos que, desde variadas perspectivas filosóficas, problematizam e investigam a realidade em sua complexidade com vistas a compreendê-la criticamente e, igualmente, a atividade de sujeitos que constroem filosoficamente novos conhecimentos sobre e para tal realidade complexa.

## **2. AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES DA “EXPERIÊNCIA DE PENSAMENTO FILOSÓFICO” COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO DO CAMPO ENSINO DE FILOSOFIA**

As perspectivas e as abordagens acerca do *Ensino de Filosofia*, ao se deslocarem do âmbito semântico e epistemológico da Educação para a Filosofia, de que maneira, repercutem nas vivências dos sujeitos epistêmicos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em Filosofia?

As vivências desses sujeitos são consequências da compreensão conceitual do ensino de filosofia que eles têm, resultando também em uma escolha metodológica a ser colocada em prática na sala de aula. Assim sendo, ensinar filosofia exige antes de tudo vivenciar o pensamento filosófico e escolher esta ou aquela metodologia de ensino requer pontos de partida de pertinência filosófica. Em suma, trata-se em ambos os casos que aquele que ensina filosofia reconheça e construa um perfil epistêmico filosófico para si na Filosofia, pois só a partir dessa primeira construção é possível as condições para a experiência de pensamento filosófico compreendido aqui como produção de um tipo de filosofar e de filosofia próprios da relação de ensino e aprendizagem que vai além do ensinar conteúdos, assumindo a educação filosófica como vivência de repercussão, de apropriação e de criação filosóficas.

A construção desse perfil epistêmico requer do sujeito que ensina filosofia, clareza crítica de ao menos quatro perspectivas e abordagens pelas quais passa o ensino de filosofia. Essas quatro perspectivas e abordagens são assim categorizadas por Carvalho (2024, p.18): o estudar a Filosofia, o pensar de acordo com a Filosofia, o pensar filosoficamente e o filosofar. Assim sendo, será possível fazer uma diferenciação entre estudar a Filosofia – apreender informações (históricas, biográficas e bibliográficas) sobre a Filosofia; pensar de acordo com a Filosofia – aplicar, aleatória e acriticamente, os conceitos de filósofos estudados às situações vividas ou a contextos diversos; pensar filosoficamente – utilizar o método da Filosofia (os métodos das Filosofias) para pensar contextualizada e criticamente diversos problemas da realidade; e filosofar – utilizar apropriadamente (como algo próprio) um método filosófico para elaborar problemas e construir compreensões ou até mesmo conceitos.

Nota-se um escalonamento entre as perspectivas e abordagens, indo de uma mais básica até a mais complexa em sua execução, o que também causa diferentes impactos qualitativos em suas produções. A adoção de qualquer uma destas perspectivas construirá uma vinculação direta nas escolhas metodológicas adotadas, devendo haver inclusive impactos positivos ou negativos sobre a possibilidade de construção de um *pensamento filosófico*, cuja constituição desse pensamento é fator determinante para construção do sujeito epistêmico ancorado no campo do Ensino de Filosofia.



Embora todas essas quatro perspectivas e abordagens aconteçam no processo de ensino e aprendizagem em Filosofia, é correto que há evidentes diferenciações em seus potenciais de empreender um ensino de filosofia que de fato seja filosófico. Portanto, essa é uma discussão filosófica (e não educacional) própria do campo do Ensino de Filosofia.

## CONCLUSÃO

A consolidação do Ensino de Filosofia como campo autônomo no Brasil revela um processo histórico e epistemológico marcado por rupturas e reconfigurações conceituais. A virada discursivo-filosófica reposiciona o ensino como prática filosófica legítima, exigindo do docente um perfil epistêmico que articule teoria, método e vivência do pensamento.

A distinção entre Ensino de Filosofia e Filosofia da Educação reforça a especificidade do campo, cuja produção acadêmica já demonstra maturidade e densidade conceitual. A experiência do pensamento filosófico emerge como objeto central, demandando abordagens que ultrapassem o ensino de conteúdos e promovam o filosofar como prática formativa.

A análise das três gerações de pesquisadores evidencia a continuidade e o aprofundamento das investigações, legitimando o campo como espaço de produção de saberes filosóficos. Assim, o Ensino de Filosofia se afirma como disciplina com paridade epistemológica, capaz de contribuir criticamente para a formação docente e para o fortalecimento da filosofia na educação básica e superior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Flávio de. O Ensino de Filosofia: entre problemas epistemológicos e questões sociais. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 38, p. 1–23, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/68023>. Acesso em: 21 set. 2024.

CERLETTI, Alejandro. *O Ensino de Filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GALLO, Silvio. Pesquisa em ensino de Filosofia: um campo disciplinar? *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 38, p. 1–24, 2004. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v38a2024-68028>. Acesso em 20 set. 2014.

GELAMO, Rodrigo Pelloso; RODRIGUES, Augusto; VELASCO, Patricia Del Nero. Filosofia do Ensino de Filosofia: o debate da cidadania-filosófica a partir dos movimentos histórico-discursivos do campo. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 38, p. 1–40, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/68026>. Acesso em: 18 set. 2024.

RODRIGUES, Augusto. *Heranças político-filosóficas de ensinar e aprender filosofia: do campo do ensino de filosofia à trajetória formativa na unesp*. 2024. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, 2024.

VELASCO, Patrícia Del Nero. Sobre a virada discursivo-filosófica do ensino de filosofia: o legado argentino e a problemática do campo. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v.30, n.51, p. 335-362, jul-dez. 2022a. Disponível em: <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/924>. Acesso em: 3 ago. 2024.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O que pensamos nós, formadores/as de professores/as, sobre formação docente em filosofia? *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. n. 34: nov. 2020 – abril 2021, p. 12-33.

VELASCO, Patrícia Del Nero (org.). *Ensino de – qual? – filosofia : ensaios a contrapelo*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.